

Capítulo 6

Dinâmicas de crescimento, emprego e desigualdade no Norte de África

O crescimento revelou-se altamente instável no Norte de África, com um investimento interno volátil e ganhos de produtividade desadequados. O emprego e as desigualdades continuam a representar grandes desafios, apesar da vitalidade dos mercados laborais em alguns países e da diminuição da desigualdade. Este capítulo reconsidera as dinâmicas e os fatores determinantes destes elementos, nos países para os quais há dados disponíveis. Em seguida, sugere formas de revitalizar a atividade económica, reduzindo simultaneamente o desemprego e a desigualdade. As principais soluções propostas neste capítulo englobam: a promoção da estabilidade política, a aceleração da transformação estrutural da economia e a introdução de novas políticas direcionadas para o emprego dos jovens e das mulheres.

EM SÍNTESE

No Norte de África, o crescimento originou uma diminuição tanto da **pobreza** como da desigualdade, propiciando o surgimento de uma classe média na região. No período entre 1990 e 2015, o índice de Gini caiu sete pontos, passando de 40.3 para 33.0. A desigualdade de oportunidades (acesso à saúde, educação, energia elétrica e saneamento) decresceu significativamente na maioria dos países. Contudo, a desigualdade de rendimentos persiste, já que os 20% mais ricos têm rendimentos 7.5 vezes superiores aos 20% mais pobres.

Segundo os dados disponíveis, desde 2010, o Norte de África tem-se caracterizado por um desempenho económico instável. O **crescimento** foi, em média, 2.6% entre 2010 e 2015 (em comparação com 4%, entre 1995 e 2009), o que não tem sido suficiente para responder ao desemprego ou reduzir a desigualdade de forma significativa. O contributo dos ganhos de produtividade para o crescimento foi de apenas 17.6%, em comparação com 42.6% do fator capital e 39.8% do fator trabalho. Estes dados apontam para uma fraca capacidade de inovação.

A transformação estrutural na região continua bastante lenta, com um domínio dos serviços (47.4% do PIB), um ligeiro aumento do setor industrial (35.9% do PIB) e uma contração do setor agrícola (16.7%). O crescimento continua dependente de fatores externos, como a procura europeia e os preços internacionais do petróleo, bem como de fatores internos ligados à estabilidade institucional.

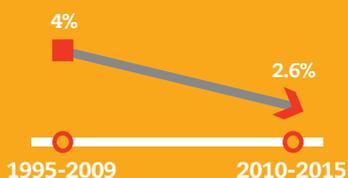
No que se refere ao **emprego**, os números oficiais do desemprego são moderados (cerca de 13%) e a taxa de emprego é baixa (40.9%), o que aponta para um grande potencial de mão-de-obra subutilizada. Os mercados de trabalho oferecem poucas perspectivas de criação de empregos altamente qualificados, capazes de injetar um novo dinamismo na economia. O desemprego jovem (entre 15 e 24 anos de idade) atinge 28.8%, o dobro da média mundial. Apenas 16.6% das mulheres jovens estão empregadas ou à procura de emprego, em comparação com 46.8% dos homens jovens. Cerca de 1/4 dos trabalhadores jovens vive em situação de pobreza.

Para superar estes desafios, as políticas públicas necessitarão de melhor reforçar a estabilidade política e a responsabilização e prestação de contas em termos institucionais, acelerar a transformação estrutural das economias, e mobilizar as várias políticas estruturais para a criação de emprego para mulheres e jovens.

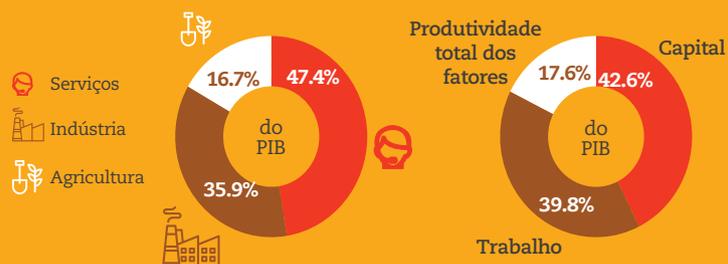
Dinâmicas de crescimento, emprego e desigualdade no Norte de África

Crescimento

O crescimento do PIB abrandou



Impulsionadores do crescimento do PIB



Mercado de trabalho

A taxa oficial de desemprego é moderada, cerca de 13%, enquanto a taxa média de emprego é baixa – 40,9% – o que indica um



grande potencial de mão-de-obra subutilizada

Desemprego

Homens jovens têm maior probabilidade de estar empregados ou à procura de emprego do que jovens mulheres

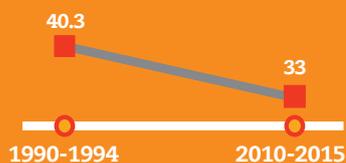


O desemprego na população jovem (faixa etária 15-24) é de **28,8%**

Desigualdade

A distribuição de rendimentos está a tornar-se mais igualitária

Coefficiente de Gini no Norte de África



O Norte de África tem melhor desempenho do que a América Latina, a África subsariana e a Ásia



Perfil regional do Norte de África

Tabela 6.1. Indicadores básicos sobre o Norte de África, 2017

População (milhares)	197 490
Área (milhares de km ²)	6 769
Densidade populacional (habitantes/km ²)	29
PIB, em PPC (mil milhões USD)	2 350
PIB per capita, em PPC (USD)	12 172

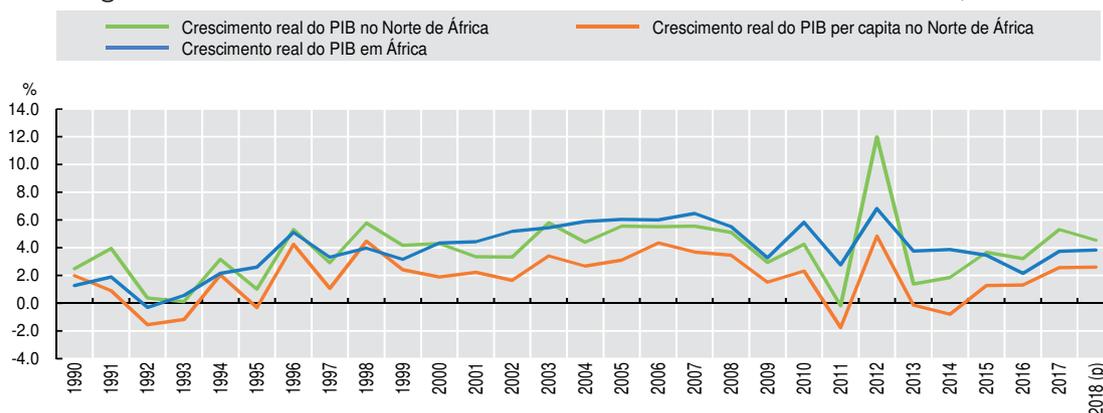
Fonte: Cálculo dos autores, com base em UNDESA (2017), *World Population Prospects* (base de dados); Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados) e FMI (2018), *World Economic Outlook Database*.

Tabela 6.2. Fluxos financeiros e receitas fiscais no Norte de África (mil milhões de USD, preços correntes), 2009-16

		2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
Externos	Privados	Investimento direto estrangeiro (entradas)	16.4	13.8	6.4	14.7	12.2	11.3	11.8	13.7
		Investimento de carteira	-0.7	0.7	-0.7	1.5	1.2	3.1	1.3	-0.2
		Remessas	17.4	23.0	25.5	30.0	29.0	31.7	29.2	27.6
Públicos	Ajuda oficial ao desenvolvimento (total líquido, todos os doadores)	3.2	2.7	4.0	5.0	8.9	7.3	5.0	5.4	
		Total de fluxos externos	36.4	40.2	35.3	51.0	51.2	53.4	47.4	46.5
Receitas fiscais internas		107.9	117.9	140.9	145.3	145.6	141.5	119.2	111.8	

Fonte: FMI (2018), *World Economic Outlook Database*, OCDE (2018a), *International Development Statistics* (base de dados) e Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados).

Figura 6.1. Dinâmicas de crescimento no Norte de África e em África, 1990-2018

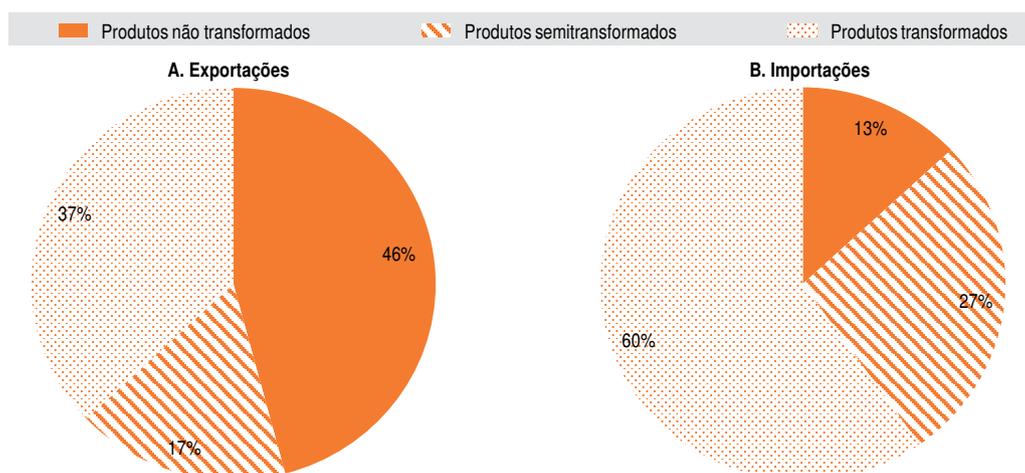


Nota: (p) = projeções.

Fonte: Cálculos dos autores, com base em FMI (2018), *World Economic Outlook Database*.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783874>

Figura 6.2. Composição do comércio no Norte de África, 2016



Fonte: Cálculos dos autores, com base em Divisão de Estatística das Nações Unidas (2017), *UNCOMTRADE* (base de dados).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783893>

O Norte de África ocupa uma posição estratégica a sul do Mediterrâneo, a apenas algumas horas de distância da Europa. A população da região é de 197.5 milhões (o que equivale a 15.7% da população total do continente) distribuídos por 6 769 000 km² (23% da área total de África), o que constitui uma densidade populacional de 29 habitantes por km². É a região mais rica de África, com um PIB de 2.35 biliões de USD, ou seja, mais de um terço (36.8%) do PIB do continente. O PIB per capita é de 12 172 USD (2017), mais do dobro da média africana. Os países do Norte de África partilham diversas características comuns: religião, língua, cultura e fonte de direito. Existem, porém, várias diferenças em termos de tendências polucionais e de trajetórias económicas e sociais.

Dinâmicas e determinantes do crescimento no Norte de África

Crescimento largamente instável

O crescimento continua a ser desadequado e volátil. No período analisado, nos países para os quais há dados disponíveis, o crescimento económico situou-se entre 2.6% e 5% (Tabela 6.3), bastante abaixo do crescimento de dois dígitos registado nas economias emergentes. A taxa mais alta de crescimento verificou-se entre 2005 e 2009, enquanto a mais baixa teve lugar entre 2010 e 2015.

Após um período de progresso notável nos anos 2000, o crescimento do PIB abrandou nos últimos cinco anos, devido à deterioração do ambiente económico e institucional. Os países da região foram afetados, de várias formas, pela volatilidade dos preços do petróleo, pela fraca procura da Europa após o colapso de 2008, bem como pelas repercussões da Primavera Árabe, o conflito na Líbia e as vagas de ataques terroristas. Além disso, o crescimento médio foi mais elevado nos países importadores de petróleo (4%) do que nos países exportadores (2.5%), os quais ficaram expostos à volatilidade dos preços. O ano de 2011 foi o que registou o crescimento mais fraco, com a agitação política da Primavera Árabe, sendo também o ano que marcou o início da queda do PIB per capita.

Tabela 6.3. Crescimento médio do PIB nos países do Norte de África, 1990-2015

	1990-2015	1990-94	1995-99	2000-04	2005-09	2010-15
Argélia	2.9	-0.3	3.5	4.8	3.0	3.4
Egito	4.2	3.6	5.1	3.7	6.1	3.1
Líbia	2.1	-	-	3.7	5.3	-1.9
Mauritânia	3.9	0.9	4.4	2.8	6.1	4.7
Marrocos	4.0	3.7	2.8	4.6	4.9	3.9
Tunísia	4.1	5.0	5.2	4.2	4.5	2.1
Média	3.6	2.6	4.2	4.0	5.0	2.6

Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017), *World Development Indicators* (base de dados).

Esta tendência geral do crescimento oculta várias diferenças, ligadas às trajetórias de cada país.

- A **Argélia** registou um crescimento médio negativo (-0.3%) entre 1990 e 1994, devido à grande instabilidade política e à guerra civil. A eleição do Presidente Abdelaziz Bouteflika e a adoção da “Lei da Concórdia Nacional” contribuíram para uma melhoria da situação económica. A instabilidade do preço do petróleo, porém, acabou por tornar o crescimento volátil.
- Liderado pelo turismo, o crescimento no **Egito** foi o mais elevado no período analisado, situando-se nos 3.5% entre 1990 e 2009. Este setor continua a ser um dos motores do crescimento no país (representando 11% do PIB em 2017, segundo o *World Travel and Tourism Council*, WTTC, 2018), um gerador de emprego (criando 2.5 milhões de postos de trabalho diretos e indiretos, ou seja, 1 em cada 10) e um gerador de receitas em divisas. Apesar dos esforços governamentais para reforço das dinâmicas económicas e de emprego, nos últimos anos, o crescimento tem sido dificultado por uma taxa de câmbio desfavorável, por baixas reservas de divisas, por um sistema bancário vulnerável e pelo fraco crescimento na Europa, o principal parceiro comercial do país.
- Na **Líbia**, o crescimento tem apresentado grandes oscilações, em função da produção petrolífera. A extração e refinação de petróleo, que são dependentes das condições de segurança no país, são a principal fonte de rendimento.
- O crescimento em **Marrocos** tem sido estável, quase sempre acima da média da região, exceto entre 1995 e 1999. É impulsionado pelas exportações de fosfatos e

de frutas e vegetais para a Europa, pelo aumento de serviços competitivos e pela rápida transformação do setor industrial. Este crescimento relativamente estável contribuiu para reduzir a taxa de pobreza para metade em sete anos, passando de 8.9% em 2007 para 4.2% em 2014. A readmissão de Marrocos na União Africana e a sua candidatura para adesão à Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), em 2017, são testemunho de um desejo de maior abertura ao continente e de promoção da integração económica na África Ocidental.

- Após um período prolongado de fraco crescimento na **Mauritânia**, verificou-se uma recuperação da taxa de crescimento, excedendo os 5% entre 2003 e 2015, graças aos preços historicamente elevados das matérias-primas nos mercados mundiais. As receitas das exportações de minério de ferro dispararam, passando de 318 milhões de USD para 2.7 mil milhões de USD, entre 2003 e 2013, sem qualquer acréscimo no volume das exportações. No entanto, o país revela alguma dificuldade em aproveitar plenamente os seus recursos naturais, em particular a pesca e a pecuária, o que restringe as perspetivas de diversificação, de crescimento sustentado e de criação de emprego.
- Na **Tunísia**, verificou-se um período de crescimento excepcional (mais de 5%), entre 1990 e 2010, tornando-o num dos países com melhor desempenho no continente. No entanto, entre 2010 e 2015, o crescimento foi o mais fraco da região (2.1%). A instabilidade política e os ataques terroristas prejudicaram os setores produtivos, particularmente o turismo.

Nos últimos 25 anos, com exceção da Mauritânia, as dinâmicas das economias do Norte de África revelaram progressos notáveis no que respeita ao PIB per capita. Na Tunísia, Argélia e Marrocos, o rendimento per capita cresceu mais de 50%, entre 1990 e 2015 (Tabela 6.4). No Egito, contudo, o crescimento foi mais lento devido à grande pressão populacional. Os níveis de rendimento neste país aumentaram, em média, cerca de 1 100 USD, entre 1990 e 2015, em comparação com 1 200 USD na Argélia, 1 500 USD em Marrocos e 1 900 USD na Tunísia. Por seu lado, a Mauritânia permanece à margem desta tendência, já que o PIB per capita não aumentou efetivamente entre 1990 e 2004, devido a um crescimento populacional (2.9%) superior ao crescimento da produção (2.7%). Devido ao facto de que o país se ter tornado um produtor de petróleo, registou-se uma ligeira melhoria (um aumento de 318 USD, entre 2004 e 2014), embora longe de compensar os atrasos acumulados.

Tabela 6.4. PIB per capita no Norte de África (USD, preços constantes)

	1990-94	1995-99	2000-04	2005-09	2010-15	1990-2015
Argélia	3 360.3	3 331.4	3 792.3	4 338.3	4 594.1	3 910.6
Egito	1 576.4	1 768.9	1 999.8	2 328.9	2 609.0	2 077.7
Líbia	-	8 782.8	9 033.2	11 404.9	8 349.6	9 821.0
Mauritânia	1 006.6	1 023.9	994.2	1 199.6	1 268.2	1 105.0
Marrocos	1 764.5	1 880.8	2 147.1	2 576.9	3 026.0	2 307.8
Tunísia	2 337.3	2 665.6	3 166.9	3 798.8	4 168.2	3 263.5
Média	2 009.0	2 389.7	3 522.2	4 274.6	3 459.1	3 195.5

Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017), *World Development Indicators* (base de dados).

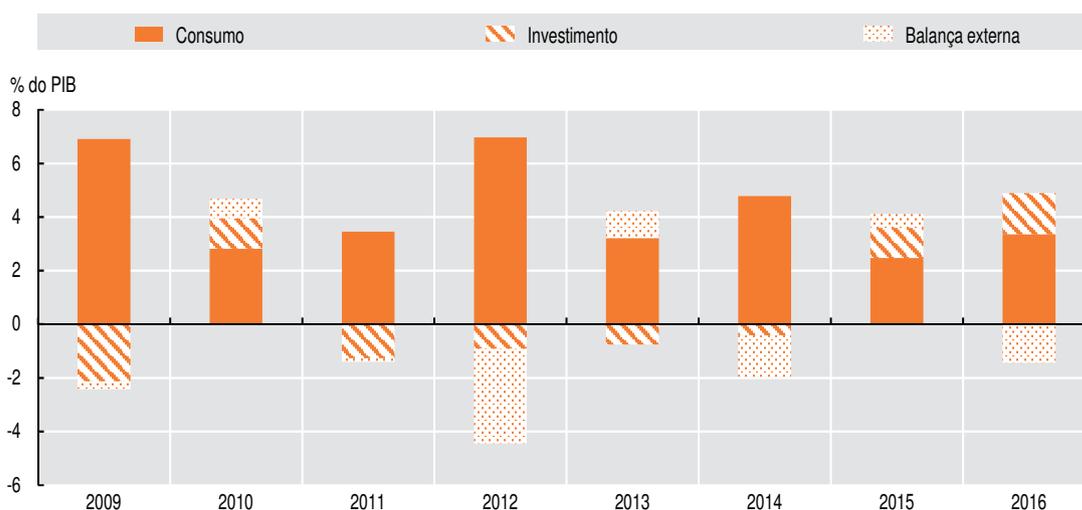
A entrada de investimento continua a ser volátil, apesar de uma procura interna sustentada

Entre 2009 e 2016, no geral, o crescimento continuou a assentar na despesa pública e privada (Figura 6.3). O contributo do investimento (público e privado) foi frequentemente negativo, devido a vários choques internos e externos. O contributo negativo em 2009 deriva da crise financeira internacional, que teve impacto nos fluxos de investimento, enquanto os números de 2011 e 2014 estão ligados à incerteza decorrente da Primavera

Árabe. Este comportamento volátil do investimento sublinha a eficácia reduzida de alguns projetos de investimento público de grande dimensão, bem como uma fraca coerência transversal das políticas setoriais (OCDE, 2017a).

Da mesma forma, a balança externa continuou a ser negativa neste período, com exceção dos anos de 2013 e 2015. Apesar do aumento do comércio internacional, as importações têm sido, frequentemente, mais elevadas do que as exportações, indiciando um desequilíbrio estrutural no crescimento. A atividade económica continua a ser caracterizada por fraco investimento interno, estando dependente de fatores externos (como a procura na Europa e os preços internacionais do petróleo).

Figura 6.3. Desagregação do crescimento por tipo de despesa no Norte de África, 2009-16



Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados); FMI (2018), *World Economic Outlook Database*.

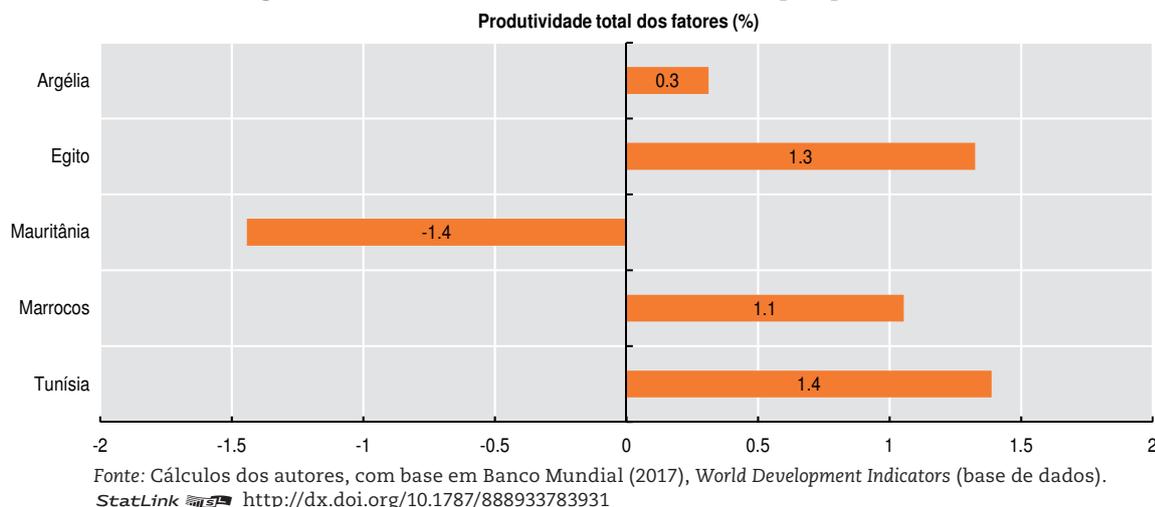
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783912>

Os ganhos de produtividade são muito baixos para poderem apoiar a um desenvolvimento sustentável

O trabalho e o capital não são os únicos determinantes do crescimento, existindo também um terceiro fator: o progresso técnico, ou produtividade total dos fatores (PTF). O crescimento da PTF, identificado por uma abordagem multifatorial, representa a parcela do crescimento do PIB não justificada através do trabalho ou do capital.

Os ganhos de produtividade não têm acelerado de forma significativa (Figura 6.4). Os países com boas perspectivas de crescimento registam ganhos de produtividade anuais entre 1% e 1.5%. Esta dinâmica fraca pode ser explicada por pressões socioeconómicas e políticas (baixa participação das mulheres no mercado de trabalho, instabilidade política e dependência dos preços internacionais das matérias-primas).

Figura 6.4. Produtividade total dos fatores por país, 1990-2015



Os baixos níveis de produtividade e a sua volatilidade contribuem para o fraco desempenho macroeconómico de vários países do Norte de África (Tabela 6.5). Entre 1990 e 2015, o capital foi o fator que mais contribuiu para o crescimento (42.6%), seguido do trabalho (39.8%) e, finalmente, a PTF (17.6%), a qual representa quase metade do crescimento nos países desenvolvidos.

- O forte contributo do capital deve-se ao investimento público em massa, bem como ao IDE, enquanto o menor contributo do trabalho tem como causa a predominância de trabalho não qualificado.
- O contributo negativo da PTF para o crescimento, verificado nos últimos anos, deve-se não só às repercussões da crise financeira internacional de 2008, mas também à Primavera Árabe, à contestação social e às vagas de ataques terroristas. É também um reflexo da fraca capacidade de inovação, investigação e desenvolvimento (I&D) das empresas.
- Estes resultados demonstram que estes países não devem depender unicamente de uma forte acumulação de capital, baseada em grandes projetos de infraestruturas públicas, para aumentar o crescimento e o emprego.

Tabela 6.5. Fontes de crescimento económico nos países do Norte de África, 1990-2015

Período	Taxa de crescimento do PIB	Fontes do crescimento do PIB		
		Capital	Trabalho	Produtividade total dos fatores
1990-94	2.6	0.9 [34.9]	1.4 [54.1]	0.3 [11.0]
1995-99	4.2	1.2 [29.2]	1.8 [43.7]	1.1 [27.1]
2000-04	4.0	1.6 [39.0]	1.5 [38.3]	0.9 [22.8]
2005-09	4.9	2.3 [46.1]	1.5 [29.4]	1.2 [24.5]
2010-15	3.4	2.2 [63.7]	1.4 [40.8]	-0.2 [-4.5]
1990-2015	3.6	1.6 [42.6]	1.5 [39.8]	0.7 [17.6]

Nota: Os dados entre parêntesis apresentam o contributo de cada fator, em percentagem.

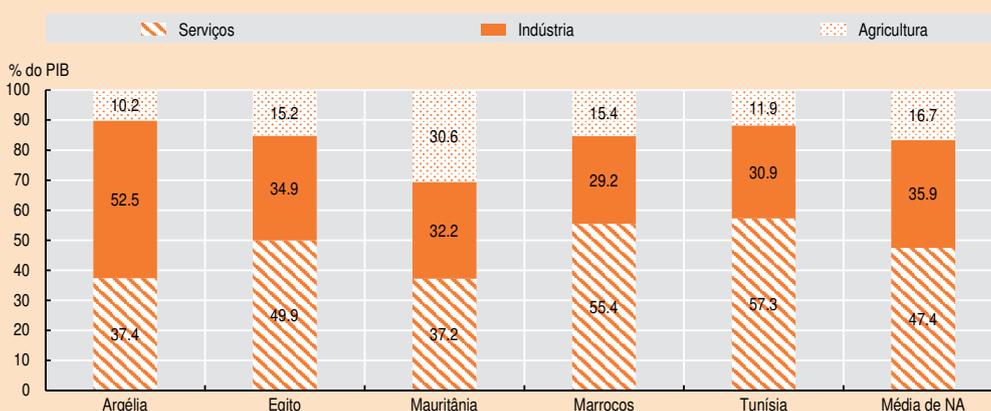
Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017), *World Development Indicators* (base de dados).

Caixa 6.1. Análise setorial do crescimento

O setor dos serviços é o que mais contribuiu para o crescimento, atingindo 47.4%, seguindo-se o setor industrial e da indústria transformadora (35.9%) e, por fim, o setor agrícola (16.7%, Figura 6.5).

A Mauritânia é o único país onde o contributo destes três setores para o crescimento é idêntico, enquanto os serviços são predominantes na Tunísia (57.3%) e em Marrocos (55.4%) e a indústria é o principal setor na Argélia. Este último setor registou um aumento na região ao longo do período analisado, com exceção de Marrocos, onde apenas o setor dos serviços cresceu, enquanto os demais setores continuaram estáveis.

Figura 6.5. Contribuição dos setores para o PIB nos países do Norte de África, 1990-2015



Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017), *World Development Indicators* (base de dados). StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783950>

Vários clusters especializados têm emergido em função dos recursos de cada país: fosfatos em Marrocos, petróleo na Líbia e na Argélia, pesca na Mauritânia, ou a agricultura e o transporte através do Canal do Suez, no Egito. Enquanto os países com recursos petrolíferos registam um forte contributo do setor industrial, a combinação entre a especialização agrícola e o desenvolvimento de serviços tem caracterizado o crescimento no Egito e em Marrocos. O crescimento económico no Norte de África tem sido impulsionado principalmente pelo setor dos serviços, seguindo um rumo pouco convencional. A grande expansão do setor terciário (comércio, hotelaria, turismo, TIC, serviços a particulares, etc.) deve-se ao facto de estes não exigirem investimento significativo nem mão de obra qualificada, contrariamente ao setor industrial. A proximidade geográfica da região em relação à Europa Ocidental constituiu também uma vantagem para o desenvolvimento dos serviços. No entanto, estes países têm consciência de que não se poderão desenvolver verdadeiramente sem indústria, e daí os esforços notáveis de Marrocos para criar indústrias de transformação primária e secundária.

Emprego e desigualdade: principais desafios

Esta secção analisa, em primeiro lugar, as dinâmicas do emprego e do desemprego, seguindo-se a evolução das desigualdades.

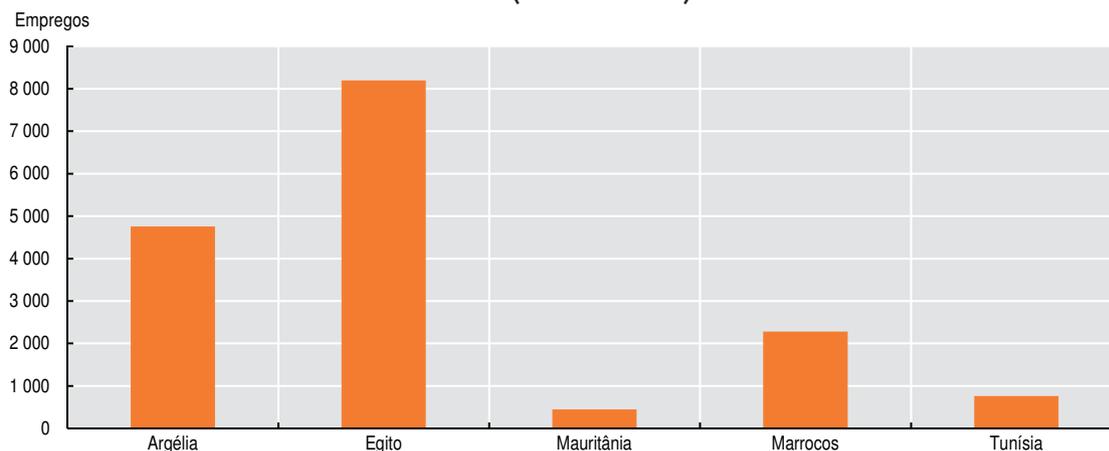
Uma reorientação para os setores que criam emprego para os jovens

O setor informal domina o mercado de trabalho, exacerbando a vulnerabilidade dos grupos marginalizados da sociedade, em particular as mulheres e os mais pobres. A taxa de emprego – a proporção da população ativa que está empregada – foi relativamente

baixa (40.9%) entre 1990 e 2015. Em 2014, 52% da população em idade ativa dependia da economia informal (OIT, 2014). Como tal, em Marrocos, 60% de todo o emprego é informal, com um setor informal que representa entre 11% a 33% do PIB (Alto-Comissariado do Planeamento, HCP, 2011; Confederação Geral das Empresas de Marrocos, CGEM, 2014). Para os trabalhadores, os empregos informais representam precariedade em termos de rendimento e de segurança social. No Norte de África, estes empregos existem, principalmente, no setor da construção, transportes, serviços a particulares e comércio. As mulheres e os mais pobres estão sobre-representados nestas indústrias (Banco Mundial, 2011). Para os Estados, as atividades informais representam uma perda de receita fiscal potencial, cujas externalidades negativas têm um impacto no crescimento do país, bem como no PIB per capita, no investimento público e na redistribuição de riqueza.

Uma grande parte da população encontra-se excluída do mercado de trabalho, particularmente a população jovem. Entre 2009 e 2016, a parcela de população jovem que nem trabalhava, nem estava a estudar ou em formação foi de 26.5% na Argélia e de 29.5% no Egito (OIT, 2017). As disparidades de género são igualmente significativas: na Argélia, 36.1% das mulheres não estão no mercado de trabalho, percentagem que sobe para 42.3% no Egito. Por outro lado, os níveis educacionais estão a subir rapidamente. As economias da região têm de criar empregos qualificados para absorver os que entram pela primeira vez no mercado de trabalho. Segundo a OIT, a população ativa do Norte de África terá um crescimento real de 10 milhões de pessoas entre 2010 e 2020, ligeiramente abaixo do registado no período 2000-10 (11 milhões de pessoas).

Figura 6.6. Criação de emprego nos países do Norte de África, 2000-15
(em milhares)

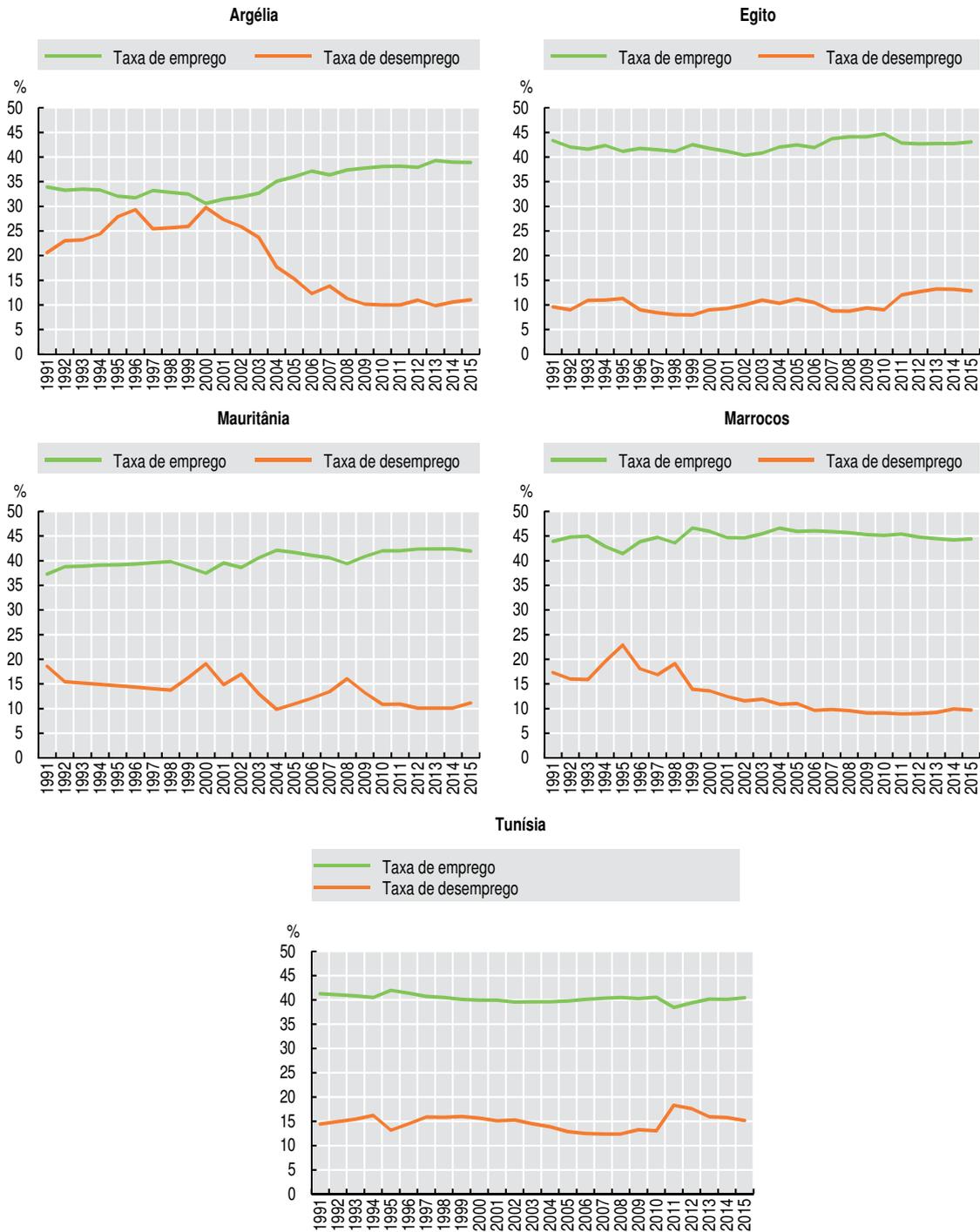


Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017), *World Development Indicators* (base de dados) e OIT (2017).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783969>

O crescimento continua a ser insuficiente para poder convergir em direção ao pleno emprego. Apesar da criação de emprego em anos anteriores (Figura 6.6), a situação continua a ser difícil para todos os países da região (Figura 6.7 e Caixa 6.2). Entre 1990 e 2015, a taxa média de desemprego foi de 12.8%, enquanto a taxa de emprego se manteve relativamente baixa (40.9%)¹. Estes resultados apontam para altas taxas de emprego potencial/latente. Em comparação, em 2016, a taxa de emprego era de 67.2% nos países da OCDE e de 66.9% nos países da União Europeia (UE). No Norte de África, apenas dois quintos da população ativa está empregada, estando três quintos em situação de desemprego. Esta situação é ainda mais preocupante pelo facto de os países da região (exceto o Egito e a Mauritânia) terem iniciado a chamada “transição demográfica”, com taxas de dependência (número de dependentes para cada membro ativo da força de trabalho) cada vez menores. Estas eram, em média, de 64% em 1990 e de 52.4% em 2015 (UN DESA, 2017).

Figura 6.7. Taxas de emprego e desemprego nos países do Norte de África, 1991-2015



Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017), World Development Indicators (base de dados) e OIT (2017).

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888933783988>

Caixa 6.2. Evolução heterogénea do mercado de trabalho em cada país

Na **Argélia**, o regresso à estabilidade política introduziu algum dinamismo no mercado de trabalho ao longo dos anos 2000 (Figura 6.7). Embora as políticas governamentais para fomento do empreendedorismo não tenham atingido todos os seus objetivos, geraram um aumento do trabalho por conta própria nos últimos quinze anos, o que teve impacto positivo na taxa de desemprego (BAD/OCDE/PNUD, 2017). Entre 2013 e 2015, o número de empregadores e de trabalhadores independentes aumentou 8.2% (mais 235 000 pessoas), tendo sido mais modesto o aumento dos empregos assalariados a título permanente (+203 000 pessoas) e dos empregos temporários (+166 000). Dois em cada três trabalhadores são assalariados (69% do total, dos quais 35.9% estão em postos de trabalho permanentes).

Pelo contrário, no **Egito**, a situação do emprego continua desfavorável. Apesar de uma taxa de emprego relativamente alta (42.6%) e de uma taxa média de desemprego na ordem dos 10.7%, o forte crescimento demográfico tem impedido qualquer melhoria do contexto geral. Como tal, os 8.2 milhões de empregos criados entre 2000 e 2015 não bastaram para absorver a população ativa, que cresceu 10.6 milhões. As taxas de emprego e de desemprego não se alteraram muito nos últimos 20 anos (Figura 6.7). Esta estagnação é também evidente nas taxas de participação no mercado do trabalho por género, uma vez que, entre 2000 e 2015, 80% dos postos de trabalho foram ocupados por homens.

As disparidades verificam-se, igualmente, em função da educação: em 2015, 45.2% dos postos de trabalho eram ocupados por pessoas com baixo nível de escolaridade, 37.6% com um nível intermédio e 17.2% com um nível avançado. O crescimento do trabalho assalariado foi rápido, passando de 10.6 milhões de trabalhadores no ano 2000 para 16.5 milhões em 2015 e representando 60% do total de empregos, enquanto o trabalho independente ou por conta própria aumentou de 5.2 milhões para 6.6 milhões no mesmo período. Desta forma, os empregos de baixas qualificações e o trabalho assalariado são predominantes no mercado de trabalho, face ao emprego por conta própria.

Em **Marrocos**, a população ativa e o emprego aumentaram de forma proporcional, entre 2000 e 2015 (2.3 milhões). Esta dinâmica é refletida por uma taxa média de emprego de 45.3% nesse período, a mais alta do Norte de África, e por um desemprego decrescente, com uma taxa de 10.3%, a mais baixa da região (Figura 6.7). No entanto, a taxa de desemprego continua a ser muito elevada nos jovens que vivem em zonas urbanas (38.8%). O mercado de trabalho caracteriza-se por um baixo nível de escolaridade, sendo dominado pelo emprego assalariado (45.2% do total), seguido por trabalhadores independentes (30%), trabalhadores familiares (22%) e dos empregadores (2.8%). Cerca de 75% dos trabalhadores têm, no máximo, a escolaridade básica, 18% um nível intermédio e apenas 7% o ensino superior. Os homens ocupam 77.8% dos postos de trabalho, o que resulta numa taxa de emprego entre as mulheres de 26.2% em 2015 (comparativamente a 22.2% no ano 2000), largamente concentrada em empregos pouco qualificados. A maioria das mulheres que integram o mercado de trabalho não tem sequer a escolaridade básica (55%), contra 24% dos homens. Apenas 23% das mulheres ativas possuem a escolaridade básica, em comparação com 49% dos homens.

Em 2016, a taxa de participação caiu de 47.4% para 46.4%, ou seja, recuou 1 ponto percentual no espaço de um ano, enquanto a taxa de emprego diminuiu 0.8 pontos, de 42.8% para 42%. Neste contexto, a economia nacional perdeu 37 000 empregos em termos líquidos, com 26 000 postos de trabalho criados nas zonas urbanas e 63 000 perdidos nas zonas rurais. A média anual de criação de emprego tinha sido de 27 000, em 2015,

Caixa 6.2. Evolução heterogénea do mercado de trabalho em cada país (cont.)

e de 95 000, no período 2008-13. Por fim, é importante salientar que Marrocos melhorou a sua atratividade aos negócios, sendo classificada como a economia mais atrativa do continente, segundo o barómetro da Ernst & Young 2017, à frente da África do Sul e do Quênia, que partilham o segundo lugar. Nenhum outro país do Norte de África figura na lista dos dez países africanos mais atrativos para o investimento.

Na **Mauritânia**, embora a criação de emprego quase iguale o crescimento da população ativa entre 2000 e 2015 (444 000 novos empregos criados, com 467 498 pessoas a entrarem no mercado de trabalho), verifica-se que a taxa de emprego tem subido gradualmente e a taxa de desemprego tem vindo a descer (Figura 6.7). Tal como na maioria dos países da região, a participação no mercado de trabalho continua a estar desequilibrada em termos de género: do total de 1 024 000 postos de trabalho, em 2015, 715 000 (69.8%) eram ocupados por homens e 309 000 (30.2%) por mulheres. Esta fraca participação feminina ilustra uma taxa de emprego relativamente baixa na Mauritânia (40.9%). Segundo um estudo do Gabinete Nacional de Estatística da Mauritânia, 45.5% da população empregada possui uma educação geral, técnica ou profissional. Metade dos trabalhadores atingiram um nível de escolaridade secundário e apenas 12.2% o ensino superior.

Mais de metade dos homens no mercado de trabalho (52.9%) foram para além do ensino primário, percentagem que atinge 57.1% no caso das mulheres. A maioria dos postos de trabalho (86%) é criada pelo setor privado, enquanto 14% são criados pelo setor público. O emprego privado impulsiona o mercado de trabalho na Mauritânia, com um predomínio do trabalho independente ou por conta própria (42.8%).

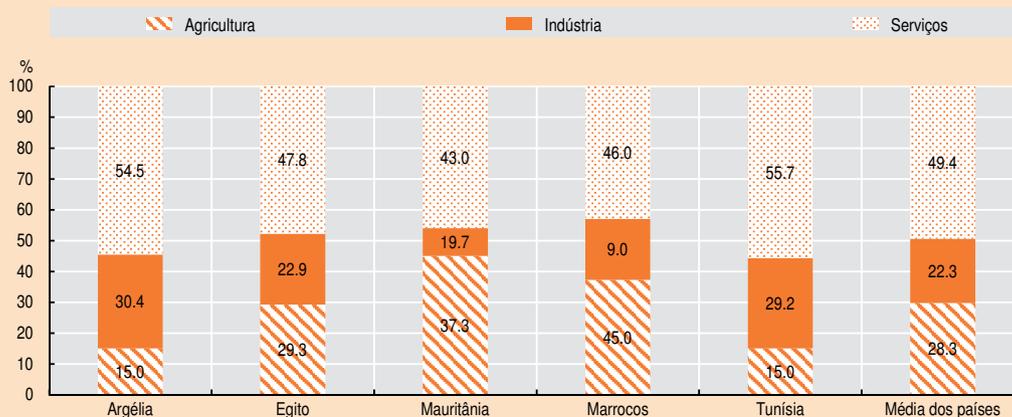
O emprego na **Tunísia** manteve-se estável, em contraste com o dinamismo dos mercados de trabalho em Marrocos e na Argélia. A taxa de emprego estagnou e a taxa de desemprego subiu gradualmente até ultrapassar os 15%, em comparação com cerca de 10% nesses dois países (Figura 6.7). A Tunísia criou apenas 756 000 postos de trabalho, entre 2000 e 2015, enquanto a população ativa aumentou 877 470 pessoas, no mesmo período. Este desequilíbrio afeta particularmente os jovens licenciados, cujos níveis de desemprego atingem proporções preocupantes (31.2% em 2015). Entre 2005 e 2010, dos 70 000 postos de trabalho criados anualmente, apenas 30 000 são ocupados por pessoas com escolaridade superior, embora saiam das universidades, em média, 65 000 licenciados por ano.

Esta situação está ligada ao facto de os setores secundário e terciário se basearem, maioritariamente, em trabalho não qualificado. Em 2010, os cinco setores principais da economia fora do setor público (banca e seguros, telecomunicações, petróleo, produção e distribuição de eletricidade, imobiliário) contavam com muito poucos licenciados (6.7% do total de empregados). A construção representava 14.8% do total de postos de trabalho, seguida dos têxteis (11.7%) e da hotelaria e restauração (4.1%). O emprego assalariado é predominante, tendo passado de 65.2% do total, no ano 2000, para 72.1%, em 2015, enquanto o trabalho independente ou por conta própria caiu de 25.1% para 17.3%, no mesmo período. A participação das mulheres no mercado de trabalho continua a ser relativamente baixa (25.5% do total de empregos em 2015, por contraponto a 22.7% no ano 2000).

No cômputo geral, a atual estrutura do trabalho oferece poucas oportunidades para empregos altamente qualificados. A vasta maioria dos empregos criados são na agricultura e nos serviços, setores que concentram, no seu conjunto, mais de 72% dos postos de trabalho, enquanto o setor industrial representa uma média de 28% dos postos de trabalho (Figure 6.8).

Caixa 6.2. Evolução heterogénea do mercado de trabalho em cada país (cont.)

Figura 6.8. Estrutura do emprego nos países do Norte de África, 2000-15



Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017), World Development Indicators (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933784007>

O desemprego jovem é um desafio que pode ser superado. Na realidade, o crescimento demográfico abrandou em todos os países do Norte de África. A Argélia, Marrocos e a Tunísia conseguiram realizar a “transição demográfica”. Como referido anteriormente, o crescimento da população ativa está a abrandar gradualmente, embora a pressão sobre os mercados de trabalho continue a ser intensa, na medida em que os jovens têm um nível de escolaridade cada vez maior. De acordo com as previsões da OIT, até 2025, 65% dos marroquinos e 73% dos egípcios, com idades entre os 20 e os 24 anos, terão frequentado o ensino secundário (em comparação com as atuais percentagens de 44% e 65%, respetivamente). Esta tendência pode criar oportunidades únicas para o desenvolvimento económico e social, desde que as reservas de capital humano sejam efetivamente utilizadas.

Um dos principais desafios continua a ser a criação de valor acrescentado através de indústrias inovadoras. Além disso, o empreendedorismo deve ser incentivado entre os jovens e as mulheres, uma vez que a taxa de criação de empresas no Norte de África fica abaixo das outras regiões do mundo. Para tal, os países da região devem incentivar as empresas a inovarem mais, bem como a eliminarem os obstáculos à criação de empresas e ao crescimento de pequenos negócios. Dado a existência de códigos de investimento favoráveis ao IDE, os países da região devem, igualmente, apostar em setores com falta de trabalho qualificado e participarem em cadeias de valor globais.

- Por exemplo, os clusters da logística e do setor do automóvel em Tânger, Marrocos, atraíram grandes investidores. Nomeadamente, a plataforma de logística de 20 000 m² para o Grupo Decathlon visa abastecer 11 lojas em Marrocos e exportar para 10 países a partir do Tânger-Med (incluindo a Côte d’Ivoire, o Senegal, a Tunísia, a Turquia, a América do Sul e a Rússia).
- A cerca de 20km de Tânger, em Malloussa, foi criada uma plataforma logística de automóveis para fornecimento de peças sobresselentes à Ford, PSA Peugeot-Citroën (Grupo PSA) e Renault. A Renault está presente em Tânger desde 2007, produzindo carros com nível básico de equipamento que são vendidos em 70 países. Em 2016, a produção de automóveis nos dois pontos da Renault em Marrocos (Tânger e Casablanca) ascendeu a 348 000 veículos, tendo sido de 288 053 veículos no ano anterior. Em 2016, 118 000 pessoas estavam empregadas no setor automóvel em

Marrocos, prevendo-se que sejam 165 000 até 2020. A expansão da Renault em Marrocos chamou a atenção do Grupo PSA, o qual planeia abrir uma fábrica no país no início de 2019, para produção de cerca de 200 000 veículos e motores até 2024.

- A Argélia possui também uma fábrica da Renault desde 2014, com capacidade de produção inicial de 25 000 veículos por ano, podendo chegar no futuro a 75 000 unidades. Já em 2017, a fábrica produziu o seu carro n.º 100 000. Para além disto, em julho de 2017, o produtor alemão Volkswagen abriu uma fábrica de montagem na Argélia.

O desenvolvimento de marcas de qualidade poderia impulsionar mercados de nicho ou criar novas perspetivas para as empresas locais, bem como absorver os jovens licenciados desempregados na região. Existem muitos exemplos de pequenas empresas da sub-região que, frequentemente com apoio governamental, desenvolveram os recursos locais utilizando certificações éticas ou de qualidade, ou que desenvolveram os seus produtos para mercados especializados, como por exemplo a diáspora do Norte de África. Entre os exemplos estão os figos secos Beni Maouche e a pimenta Ighil Ali, na Argélia, o ecoturismo em Marrocos, ou a tecelagem de Beni Khedache, na Tunísia (Giordano et al., 2015).

O nível de desigualdade de rendimentos continua a ser baixo

As alterações da desigualdade estão ligadas ao mercado de trabalho e ao desenvolvimento económico nos últimos 20 anos. Desde os anos 90, tem-se verificado um aumento do número de jovens que entra no mercado de trabalho, bem como um aumento do seu nível de escolaridade. Faltam, no entanto, empregos qualificados para absorver estes aumentos. Com uma população em crescimento, as dificuldades relacionadas com a criação de emprego e de riqueza traduzem-se numa desigualdade crescente.

No Norte de África, o nível da desigualdade de rendimentos é moderado. Em média, o índice de Gini passou de 40.3 pontos, no período 1990-94, para 33.0 pontos, em 2010-15 (Tabela 6.6), o que corresponde a níveis mais próximos da Europa Ocidental (30.7) ou da Europa de Leste (33.9), do que da América Latina (49.1), da África subsariana (45.5), ou da Ásia (39.8).

Tabela 6.6. Dinâmicas de desigualdade no Norte de África
(percentagem, índice de Gini)

	1990-94	1995-99	2000-04	2005-09	2010-15	1990-2015
Argélia	40.2	35.3	31.1*	27.3*	24.1*	31.6
Egito	32.0	30.1	32.5	31.5	31.3*	31.5
Mauritânia	50.1	37.8	39.6	35.7	32.4	39.1
Marrocos	39.2	39.5	40.6	40.7	41.2*	40.3
Tunísia	40.2	41.7	40.8	37.7	35.8	39.3
Média	40.3	36.9	36.9	34.6	33.0	36.3

Nota: Os dados para cálculo do índice de Gini são microeconómicos e são recolhidos através de inquéritos aos agregados familiares, pouco frequentes nos países do Norte de África. Os valores marcados com * indicam estimativas dos autores, com base na taxa média de crescimento do índice de Gini em períodos anteriores.

Fonte: Cálculos dos autores com base em Banco Mundial (2017), *World Development Indicators* (base de dados).

Não obstante esta tendência geral, existem disparidades entre os países: entre 1990 e 2015, a desigualdade manteve-se praticamente estável no Egito e em Marrocos, baixou ligeiramente na Tunísia (-12.4%) e diminuiu de forma mais significativa na Mauritânia (-35.2%). Deve salientar-se que dois dos três países onde as desigualdades registaram uma ligeira queda – o Egito e a Tunísia – foram afetados por tumultos populares no início desta década. Além disso, o índice de Gini é um instrumento impreciso, pois pode produzir o mesmo resultado em contextos com grandes diferenças na distribuição dos rendimentos,

daí a necessidade de complementar a análise do índice de Gini com estudos sobre a distribuição de rendimento por decil (Figura 6.9).

Figura 6.9. Distribuição dos rendimentos no Norte de África, por quintil



Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017), *World Development Indicators* (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933784026>

Nos três países do Norte de África para os quais há dados disponíveis, há uma característica que se destaca: o surgimento de uma classe média. A distribuição da riqueza pelos decis é quase idêntica nestes países (Figura 6.9). Outro facto a assinalar é a constância dos dados estatísticos ao longo do tempo. De facto, na maioria dos países, as proporções praticamente não variaram, ao longo do período de análise. Isto sugere que a redução de desigualdades, anteriormente referida, não originou uma redução da parcela de rendimentos dos mais ricos, nem um aumento da parcela de rendimentos dos mais pobres, mas antes a constituição de uma classe média, devido ao efeito conjugado de uma melhoria da educação e do crescimento dos serviços.

A constituição de uma classe média explica a queda do índice de Gini, num contexto em que a disparidade entre os mais ricos e os mais pobres continua a ser elevada. Um determinado número de pessoas ainda vive com menos de 1.90 USD ou 3.10 USD por dia (Tabela 6.7), o que aponta para dinâmicas sociais complexas. Embora o crescimento económico e a criação de emprego sejam importantes, é igualmente necessário direccionar o crescimento para que este beneficie os mais pobres e assegurar que os empregos visam a população mais vulnerável. Com efeito, embora possa parecer difícil evitar uma subida da desigualdade durante um período de transição, estas disparidades devem ser contidas para evitar uma queda dos padrões de vida.

Tabela 6.7. Dinâmicas da pobreza nos países do Norte de África

Número de pessoas com rendimentos abaixo de 1.90 USD/dia (2011 PPC, milhões)					
	1990-94	1995-99	2000-04	2005-09	2010-15
Mauritânia	0.9	0.5	0.5	0.4	0.2
Marrocos	0.7	2.1	1.8	1.0	-
Tunísia	0.8	1.0	0.5	0.3	0.2
Número de pessoas com rendimentos abaixo de 3.10 USD/dia (2011 PPC, milhões)					
	1990-94	1995-99	2000-04	2005-09	2010-15
Mauritânia	1.5	1.1	1.2	1.1	0.9
Marrocos	4.5	7.5	7.5	4.8	-
Tunísia	2.2	2.6	1.9	1.3	0.9

Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017), *World Development Indicators* (base de dados).

Apesar da diminuição da desigualdade, parte da população continua vulnerável a uma situação de pobreza.

- A Argélia erradicou quase totalmente a pobreza extrema, através de programas de assistência social e de uma melhoria gradual do contexto de segurança, mas o colapso dos preços internacionais do petróleo após 2015 prejudicaram a capacidade do Estado para promover a redistribuição social. Segundo o Banco Mundial, 4 milhões de pessoas - 10% da população - enfrentam a insegurança e o risco de ficarem abaixo do limiar nacional de pobreza.
- Na Líbia, uma parcela cada vez maior da população vive na pobreza, com mais de 435 000 pessoas deslocadas e 1.3 milhões em situação de insegurança alimentar, no final de 2016.
- Em Marrocos, cerca de 19% da população rural está em risco ou vive em situação de pobreza.
- Na Tunísia, o nível de pobreza extrema manteve-se estável (1.9%) no período 2013-16 e a pobreza moderada caiu de 8.3%, em 2013, para 7.9%, em 2015. As disparidades regionais em termos de nível de vida e de emprego continuam a ser significativas.

A desigualdade de oportunidades é eliminada por políticas públicas direcionadas

Para além da persistente desigualdade de rendimentos, a desigualdade de oportunidades pode existir no seio dos países e entre estes. Estas desigualdades estão relacionadas, principalmente, com disparidades no acesso a bens sociais (educação, saúde, condições de vida dignas e tecnologia). A desigualdade de oportunidades está forçosamente interligada com a desigualdade de rendimentos, uma vez que só os agregados familiares mais abastados podem assegurar bens sociais. No entanto, os programas públicos nos setores sociais (educação, saúde, saneamento) podem reduzir a desigualdade de oportunidades e mitigar os seus efeitos adversos, apesar da continuidade de uma desigualdade de rendimentos.

A melhoria do acesso a serviços sociais está na base da redução da pobreza e da pobreza extrema (Tabela 6.8).

Tabela 6.8. Desigualdade de oportunidades nos países do Norte de África, 1990-2015

	Argélia	Egito	Mauritânia	Marrocos	Tunísia	Média do Norte de África
Indicadores de Educação						
Taxa de matrículas no ensino primário	93.8	93.3	69.0	88.0	97.7	88.4
Taxa de matrículas no ensino secundário	70.6	77.1	19.8	46.0	73.7	57.4
Raparigas-quota de matrículas ensino primário	46.7	46.6	48.0	44.7	47.4	46.7
Raparigas-quota de matrículas ensino secundário	49.7	46.9	41.5	43.9	49.7	46.3
Indicadores de saúde						
Taxa de mortalidade infantil (%)	30.9	36.5	66.3	40.1	25.0	39.8
Esperança de vida à nascença	71.4	68.6	60.6	70.2	73.2	68.8
Indicadores de padrões de vida dignos (percentagem da população)						
Acesso à eletricidade	97.1	97.6	20.0	70.3	95.3	76.1
Acesso ao saneamento	84.2	86.3	27.0	66.1	83.3	69.4
Acesso à água potável	88.4	96.5	44.9	79.5	91.1	80.1
Indicadores Tecnológicos (por 100 pessoas)						
Acesso a linhas fixas de telefone	8.1	9.5	1.6	9.3	10.0	7.7
Acesso a telefones móveis	99.3	110.4	93.1	120.4	118.6	108.4

Nota: Os indicadores tecnológicos são médias do período 2010-15, uma vez que eram quase 0 antes da década de 90 e cresceram rapidamente nos anos 2000.

Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017), *World Development Indicators* (base de dados).

Os resultados mostram uma convergência não apenas ao nível do capital humano, mas também uma redução das desigualdades em torno do acesso à educação. As taxas de escolaridade no ensino primário e secundário são relativamente altas nos países do Norte de África, com exceção da Mauritânia, e melhoraram consideravelmente ao longo das duas últimas décadas. Além disso, a disparidade de gênero no acesso à educação é marginal, com as raparigas a representarem, em média, 46% dos estudantes entre 1990 e 2015, em boa parte devido a uma variedade de programas de promoção da escolaridade das meninas e raparigas. Pelo contrário, verificam-se diferenças importantes na participação de homens e mulheres na vida económica. A região tem um conjunto crescente de mulheres talentosas, com escolaridade e que querem trabalhar, mas a sua taxa de emprego continua a ser uma das mais baixas do mundo (OCDE, 2017b).

O desempenho dos países do Norte de África em termos de saúde e de padrões de vida também tem sido notável. A taxa média de mortalidade infantil (39.8 por mil nados vivos), a esperança de vida à nascença (68.8 anos) e o acesso à eletricidade (76.1%), ao saneamento (69.4%) e à água potável (80.1%) são superiores aos padrões dos países em desenvolvimento. Estes níveis médios encobrem, porém, o pior desempenho da Mauritânia em termos de condições de vida digna e de saúde, bem como os maiores progressos de outros países. Por exemplo, desde 2013, a cobertura de energia elétrica é de 99% na Argélia, no Egito e na Tunísia, mais de 90% da população tem acesso à água e ao saneamento no Egito e na Tunísia, e a esperança média de vida à nascença ultrapassa os 75 anos no Egito, Marrocos e Tunísia.

O acesso a tecnologia representa uma oportunidade comum para o Norte de África. A taxa média de acesso a telefones móveis é de 108.4%, enquanto o acesso a linhas fixas de telefone tem decrescido ao longo dos últimos 15 anos. O acesso igualitário a telefones móveis tem facilitado, portanto, o acesso a informação e a formação, bem como a serviços bancários e financeiros móveis (transferências de dinheiro e microcrédito).

Em relação a algumas oportunidades, como o acesso a eletricidade ou a transportes nas zonas rurais, a redução das desigualdades poderia ser coordenada com grandes investimentos públicos. Por exemplo, entre 2010 e 2015, o rácio médio PIB/investimento foi superior a 20% na Argélia e em Marrocos, em comparação com apenas 9.3% na Mauritânia.

O emprego e as desigualdades podem influenciar o crescimento económico

A análise das interligações entre crescimento, desemprego e desigualdade pode gerar dois tipos de correlação, dependendo dos níveis de desemprego:

- Em caso de níveis de desemprego baixos, o crescimento económico é acompanhado por um aumento da desigualdade de rendimentos, que por sua vez alimenta o crescimento económico. Esta situação coincide com uma fase de transição, marcada pela acumulação de capital e de investimento para apoiar um maior crescimento económico.
- Pelo contrário, quando a taxa de desemprego é superior a 15%, um crescimento mais acentuado reduz a desigualdade e os programas sociais de redução da desigualdade têm um efeito positivo no crescimento. Esta situação corresponde, especialmente, a períodos de crise ou de recuperação da crise, caracterizados pela deterioração socioeconómica, em que as medidas para apoiar a redução da pobreza e da desigualdade são necessárias para relançar o crescimento económico.

Nos países do Norte de África, portanto, uma estratégia de promoção do crescimento pode gerar ou erradicar a desigualdade de rendimentos, dependendo da situação do emprego.

Recomendações de políticas

Melhorar e reforçar a estabilidade política e a responsabilização e prestação de contas em termos institucionais

Nos últimos anos, os países do Norte de África têm-se caracterizado por um nível relativamente elevado de instabilidade política, bem como por crescentes reivindicações de transparência governamental e envolvimento cívico nos processos democráticos. No geral, as medidas de estabilidade governativa e de risco político deterioraram-se, particularmente na Tunísia, o que aponta para um aumento do risco político (PRS, 2018). Além disso, os períodos de fraco crescimento têm-se caracterizado por episódios de instabilidade política, desincentivando os investidores.

Estudos recentes comprovam o impacto negativo da instabilidade política no crescimento. As perdas de crescimento podem atingir os 2%, de acordo com Aisen e Veiga (2013), através do impacto no capital humano e físico, na PTF e no IDE. É necessário, portanto, garantir um clima de estabilidade política e a existência de um quadro regulamentar transparente, que promova um crescimento forte, duradouro e mais inclusivo, de forma a reduzir a desigualdade. O reforço da estabilidade política pode ser conseguido através de um compromisso firme para combater grupos extremistas envolvidos em ataques e sequestros. A luta contra a corrupção e a melhoria dos processos democráticos (liberdade de expressão, processos eleitorais transparentes, instituições e sistemas fortes de equilíbrio e controlo) são elementos que podem, também, mitigar as tensões sociais e incentivar a estabilidade política.

Embora haja ainda muito a fazer, Marrocos conseguiu corresponder a certas expectativas políticas ao adotar uma nova constituição em 2011, a qual conferiu novos poderes ao chefe de governo e adotou uma política de regionalização “avançada”. A Tunísia conseguiu melhorar a estabilidade através do diálogo nacional, dando um papel importante à sociedade civil² na resolução do conflito social. Quatro organizações da sociedade civil foram, assim, galardoadas com o Prémio Nobel da Paz, em 2015, pelo seu “contributo decisivo para a construção da democracia multipartidária na Tunísia” (Comité Norueguês do Nobel, 2015).

Acelerar a transformação estrutural das economias

Os países do Norte de África já alcançaram marcos importantes, como a transição demográfica e a urbanização (BAD/OCDE/PNUD, 2016). No entanto, o verdadeiro desafio está em mudar as suas economias para setores que gerem valor acrescentado e que criem emprego para trabalhadores jovens e qualificados. A consolidação do desenvolvimento da indústria transformadora e o alargamento da oferta de exportação para países emergentes, particularmente em África, pode contribuir para este objetivo. Este rumo pode não só abrir novas oportunidades para organizações de média dimensão, mas também reduzir a dependência face aos preços internacionais das matérias-primas e ao turismo, compensando simultaneamente a fraca procura dos parceiros tradicionais.

O caso do setor automóvel, com as plataformas de montagem de automóveis em Marrocos e na Argélia, é um exemplo a seguir por outros setores, nomeadamente os eletrodomésticos, a eletrónica, os têxteis, entre outros. O objetivo a médio prazo é a criação de um real setor industrial, o que é inatingível sem investimento externo. Naturalmente, o regime legal já é favorável ao IDE e o contributo estatal desempenhou um papel determinante no setor automóvel. O dinamismo e a determinação política devem promover o desenvolvimento de Parcerias Público-Privadas (PPP), para facilitar a criação de novas indústrias ou a deslocalização das empresas estrangeiras.

Em Marrocos, o Plano de Aceleração Industrial 2014-20 (*Plan d'accélération industrielle*, PAI) pretende aumentar o peso da indústria para 23% do PIB e criar 500 000 empregos, até 2020. O PAI tem um fundo de 2.2 mil milhões de USD e visa a construção massiva de infraestruturas, a criação de *clusters* industriais e o apoio específico a empresas marroquinas, para atração de IDE no setor da indústria transformadora.

A participação das autoridades locais nas agências nacionais permite a promoção das PME locais junto dos investidores, como é o caso do *cluster* do setor automóvel, em Tânger. No entanto, a capacidade das empresas locais para subcontratarem tarefas e cumprirem os padrões de qualidade dos investidores internacionais deverá, ainda, ser melhorada. Poderia ser útil o reforço da cooperação com o setor privado e o desenvolvimento de formação específica em determinados setores.

Da mesma forma, os *clusters* industriais podem facilitar o surgimento de zonas produtivas, mas estas devem criar ligações com as áreas circundantes, para limitar as disparidades geográficas - que continuam a ser grandes na região, particularmente entre as regiões costeiras, mais ricas, e o interior. Na Tunísia, o *cluster* Sfax agrega 60 000 empresas de setores relativamente produtivos, mas estas têm poucas interligações com as empresas locais de outros setores e regiões do país.

Para resolver estas debilidades, os governos poderiam trabalhar nas zonas funcionais das regiões, em vez de se focarem nos distritos administrativos. Desta forma, no âmbito das reformas de regionalização, Marrocos criou a região de Casablanca-Settat em 2015, o que permitiu às cidades vizinhas beneficiarem das infraestruturas e serviços perto de Casablanca, cidade com mais de 10 milhões de habitantes. Por fim, a adoção de estratégias setoriais adaptadas às condições de cada região pode criar mais emprego qualificado, vinculado às necessidades dos mercados locais e nacionais.

Políticas estruturais catalisadoras do emprego para mulheres e jovens

A taxa de emprego das mulheres é ainda muito baixa nos países do Norte de África, o que representa uma perda de produtividade potencial. Embora estes países tenham progredido no que respeita à educação feminina, o acesso das mulheres ao mercado de trabalho ainda está limitado a funções não-qualificadas ou a tempo parcial. Além disso, a percentagem de mulheres empresárias continua a ser baixa na Argélia (15%), Egito (25%) e Marrocos (11%).

A implementação de políticas arrojadas que promovem a flexibilidade no local de trabalho é importante para a participação das mulheres. Por exemplo, o acesso das famílias a creches de baixo custo deve ser apoiado através de creches públicas, permitindo que as mulheres encarem o trabalho a tempo inteiro como uma atividade lucrativa (OCDE, 2018b). Da mesma forma, o prolongamento das licenças de maternidade também tem efeitos positivos. A licença de maternidade é atualmente de 90 dias na maioria dos países do Norte de África. Como a transição demográfica foi alcançada, a licença poderia ser alargada para seis meses, para quem o pretendesse, com uma redução de 20-30% de salário nos últimos três meses. As licenças parentais mais generosas são atualmente as dos países escandinavos e da América do Norte, com resultados muito encorajadores para o emprego entre as mulheres.

A promoção do empreendedorismo feminino é, igualmente, uma forma de colocar no centro das políticas sobre o emprego a questão das disparidades de género no mercado de trabalho e de reduzi-la. Apesar de uma certa emancipação, o fosso de género no empreendedorismo continua a ser mais elevado na Tunísia (10%), na Líbia (8%) e no Egito (7%) do que noutros países do continente africano, no qual a média é de 3% (BAD/OCDE/PNUD, 2017). Para reduzir esta disparidade, os bancos e as instituições financeiras

descentralizadas devem apoiar projetos liderados por mulheres (OCDE/Comissão Europeia/ETF, 2014). Isto contribuirá para melhorar as taxas de emprego feminino, uma vez que as empresárias contratam mais mulheres do que homens.

O emprego entre os jovens deve, também, ser um elemento estruturante da política de emprego através três temas fundamentais para a harmonização da educação com as necessidades de mercado:

- **Desenvolvimento de programas de formação técnico-profissional em consonância com as necessidades do mercado de trabalho.** Devem incentivar-se as competências necessárias para o setor primário e o processamento industrial, entre outras medidas, por meio do apoio à investigação industrial e tecnológica, que estão ainda em estado embrionário em muitos destes países. Estes programas podem também apoiar a mudança estrutural através do fornecimento de mão-de-obra tecnicamente qualificada para trabalhar nas indústrias de transformação secundária.
- **Criação de incubadoras de empresas para jovens recém-formados, com idades entre os 20 e 30 anos.** Com efeito, os jovens que concluem a formação profissional e que pretendem criar uma empresa na sua área de formação devem ter apoio. Este apoio deve estender-se desde a criação do projeto até aos três primeiros anos de execução, enfatizando a procura de financiamento apropriado. É fundamental monitorizar e avaliar os projetos, para garantir o êxito destes programas e assegurar que os empreendedores façam bom uso dos fundos e criem emprego.
- **Requalificação profissional para jovens desempregados de longa duração.** Uma formação suplementar pode restaurar a competitividade destas pessoas no mercado de trabalho. Isto pressupõe que os cursos técnico-profissionais sejam previamente desenvolvidos.

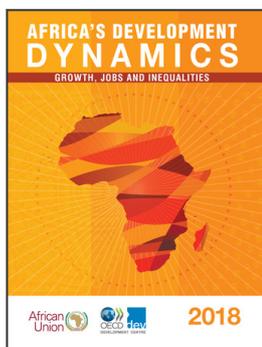
Notas

1. Não existe uma correlação direta da taxa de emprego com a taxa de desemprego, uma vez que a taxa de desemprego contabiliza as pessoas que não estão a trabalhar mas que estão disponíveis e ativamente à procura de emprego, excluindo aquelas que pararam de procurar emprego ou que estão no sistema educacional.
2. A União Geral do Trabalho da Tunísia (*Union générale tunisienne du travail*, UGTT), a União da Indústria, Comércio e Artesanato (*Union tunisienne de l'industrie, du commerce et de l'artisanat*, UTICA), a Liga tunisina dos Direitos Humanos (*Ligue tunisienne des droits de l'homme*, LTDH) e a Ordem Nacional dos Advogados da Tunísia (*Ordre National des Avocats de Tunisie*).

Bibliografia

- Aisen, A. e F.J. Veiga (2013), “How does political instability affect economic growth?”, *European Journal of Political Economy*, Vol. 29/C, Elsevier, Amesterdão, pp. 151-167, https://econpapers.repec.org/article/eeepoleco/v_3a29_3ay_3a2013_3ai_3ac_3ap_3a151-167.htm.
- BAD/OCDE/PNUD (2016), *Perspetivas Económicas em África 2016: Cidades sustentáveis e transformação estrutural*, Publicações OCDE, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264248649-pt>.
- BAD/OCDE/PNUD (2017), *Perspetivas Económicas em África 2017: Empreendedorismo e industrialização*, Publicações OCDE, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264278707-pt>.
- Banco Mundial (2017), *World Development Indicators*, Grupo Banco Mundial, <http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=world-development-indicators>.
- CGEM (2014), *Étude sur les leviers de la compétitivité des entreprises marocaines*, Commission investissement, compétitivité et émergence industrielle, Confederação Geral das Empresas de Marrocos, Casablanca, www.cgem.ma/upload/392118863.pdf.
- Comité Norueguês do Nobel (2015), “The Nobel Peace Prize for 2015”, Press release, https://www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/2015/press.html.
- De Long, B. e H.L. Summers (1992), “Equipment investment and economic growth: How strong is the nexus?”, *Brookings Papers on Economic Activity (BPEA)*, N° 2, Brookings Institution, Washington D.C., pp. 157-211, <https://www.brookings.edu/bpea-articles/equipment-investment-and-economic-growth-how-strong-is-the-nexus/>.
- Devarajan, S., V. Swaroop e H.F. Zou (1996), “The composition of public expenditure and economic growth”, *Journal of Monetary Economics*, N° 37, Banco Mundial, Washington D.C., pp. 313- 344, <http://www1.worldbank.org/publicsector/pe/pfma07/ShantaVinayHengfu.pdf>.
- Divisão de Estatística das Nações Unidas (2017), UNCOMTRADE (base de dados), <https://comtrade.un.org/> (consultado em 1 de fevereiro de 2018)
- Edwards, S. (1998), “Openness, productivity and growth: What do we really know?”, *The Economic Journal*, Vol. 108/447, Royal Economic Society, Londres, pp. 383-398.
- Engelbrecht, H-J. (1997), “International R&D spillovers, human capital and productivity in OECD economies: An empirical investigation”, *European Economic Review*, Vol. 41/8 (agosto de 1997), pp. 1479-1488, Elsevier, Amesterdão.
- FMI (2016a), “Financial development in Sub-Saharan Africa: Promoting inclusive and sustainable growth”, *Departmental Papers*, N°16/11, Departamento de África, Fundo Monetário Internacional, Washington D.C., <http://www.imf.org/en/Publications/Departmental-Papers-Policy-Papers/Issues/2016/12/31/Financial-Development-in-Sub-Saharan-Africa-Promoting-Inclusive-and-Sustainable-Growth-44220>.
- FMI (2016b), *World Economic Outlook*, Fundo Monetário Internacional, Washington D.C., <https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2016/02/weodata/index.aspx>.
- FMI (2018), *World Economic Outlook Database*, Fundo Monetário Internacional, <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2018/01/weodata/index.aspx>.
- Giordano, T., B. Losch, A. Minsat e H.-B. Solignac-Lecomte (2015), “Unlocking the potential of African regions”, in *Recent Trends in Banking in Sub-Saharan Africa: From Financing to Investment*, Stijns Jean-Philippe e Revoltella Debora (eds.), Banco Europeu de Investimento (BEI), Luxemburgo, 87-106, <http://dx.doi.org/10.2867/361551>.
- HCP (2011), *Enquête nationale démographique à passages répétés 2009-10 : principaux résultats*, Haut-commissariat au plan, Rabat, www.hcp.ma/Etude-Nationale-Demographique-a-Passages-Repetes-2009-2010_a749.html.
- Jorgenson, D. e E. Yip (1999), “Whatever happened to productivity investment and growth in the G-7?”, *Institute for Monetary and Economic Studies (IMES) Discussion Paper N°99-E-11*, Banco do Japão, Tóquio, <http://www.imes.boj.or.jp/edps99/99-E-11.pdf>.
- Kato, H. (2016), “Population, economic growth, and TFP in developed countries”, in *An Empirical Analysis of Population and Technological Progress*, Estudos Populacionais no Japão, Tóquio.
- Mankiw, N.G., D. Romer e D. Weil (1992), “A contribution to the empirics of economic growth”, *Quarterly Journal of Economics*, Vol. 107/2, Universidade de Harvard, Departamento de Economia, Harvard, pp.407-437 <https://doi.org/10.2307/2118477>.
- Mohapatra, S. e D. Ratha (2011), *Remittance Markets in Africa*, Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, Banco Mundial, Washington D.C.
- OCDE (2001), *Measuring Productivity: Measurement of Aggregate and Industry-level Productivity Growth*, Publicações OCDE, Paris, <http://www.oecd.org/sdd/productivity-stats/2352458.pdf>.

- OCDE (2017a), *Examen multidimensionnel du Maroc: Volume 1. Évaluation initiale, Les voies de développement*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264274945-fr>.
- OCDE (2017b), *Women's Economic Empowerment in Selected MENA Areas: The Impact of Legal Frameworks in Algeria, Egypt, Jordan, Libya, Morocco and Tunisia, Competitiveness and Private Sector Development*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264279322-en>.
- OCDE (2018a), *International Development Statistics* (base de dados online), Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD), www.oecd.org/dac/stats/idsonline.htm.
- OCDE (2018b), *OECD Economic Surveys: Tunisia 2018*, Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/eco_surveys-tun-2018-en.
- OCDE/Comissão Europeia/ETF (2014), *SME Policy Index: The Mediterranean Middle East and North Africa. Implementation of the Small Business Act for Europe*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264218413-en>.
- OIT (2017), *ILO Stat* (base de dados), www.ilo.org/ilostat.
- The Political Risk Services (PRS, 2018), *Database on political instability*, Grupo PRS, East Syracuse, Nova Iorque, <https://www.prsgroup.com/explore-our-products/international-country-risk-guide/>.
- Toussaint, E., D. Munevar, P. Gottiniaux e A. Sanabria, (2015), *Les inégalités dans le monde. Dans les chiffres de la dette 2015*, Comité para a Abolição das Dívidas Ilegítimas (CADTM), Liège, Bélgica, <http://www.cadtm.org/Les-chiffres-de-la-dette-2015>, p. 271.
- UNDESA (2017), *World Population Prospects* (base de dados), <https://esa.un.org/unpd/wpp/> (consultado em 1 de março de 2018).
- World Travel and Tourism Council (WTTC) (2018), *Travel & Tourism Economic Impact 2018 Egypt*, World Travel and Tourism Council (WTTC), março de 2018 <https://www.wttc.org/-/media/files/reports/economic-impact-research/countries-2018/egypt2018.pdf>.



From:
Africa's Development Dynamics 2018
Growth, Jobs and Inequalities

Access the complete publication at:
<https://doi.org/10.1787/9789264302501-en>

Please cite this chapter as:

African Union Commission/OECD (2018), “Dinâmicas de crescimento, emprego e desigualdade no Norte de África”, in *Africa's Development Dynamics 2018: Growth, Jobs and Inequalities*, OECD Publishing, Paris/ African Union Commission, Addis Ababa.

DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264306301-16-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document and any map included herein are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area.

You can copy, download or print OECD content for your own use, and you can include excerpts from OECD publications, databases and multimedia products in your own documents, presentations, blogs, websites and teaching materials, provided that suitable acknowledgment of OECD as source and copyright owner is given. All requests for public or commercial use and translation rights should be submitted to rights@oecd.org. Requests for permission to photocopy portions of this material for public or commercial use shall be addressed directly to the Copyright Clearance Center (CCC) at info@copyright.com or the Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) at contact@cfcopies.com.